

CULTURA POPULAR E IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA NO PERÍODO COLONIAL: UMA (RE)LEITURA TEÓRICA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

Autor: Jair Barbosa ARAÚJO¹ Uminho
Jairbarbosabr@bol.com.br

Co-autor: Giovanna de Aquino Fonseca ARAÚJO²Uminho
giovannaaquino@ig.com.br

Sabemos que os estudos sobre cultura popular e identidade nacional tiveram início na segunda metade do século XIX. A idéia de Estado Nacional formulada durante um longo período na Europa, acabou por se definir no século XVIII como um poderoso elemento de coesão e de coerção social. No Brasil tal abordagem se deu no âmbito da Antropologia, da História e da Literatura. Nesse sentido objetivamos com o presente trabalho apresentar uma discussão teórica sobre tais concepções numa perspectiva interdisciplinar. A miscigenação brasileira será entendida, a partir das críticas de Sílvio Romero ao romantismo, como o cruzamento de três raças, a saber, a raça branca européia, o negro africano e o índio autóctone. Trabalharemos com concepções teóricas que transitam pelo campo da História, da Antropologia e da Sociologia. Nesse sentido, dialogaremos com os seguintes autores: Nestor Canclini, Peter Burke, Antonio Gramsci, Michel de Certeau, Antonio C. Reis, Francisco A. de Varnhagen, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Renato Ortiz, Gilberto Freyre, Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda, Nelson W. Sodré, Caio Prado Jr. Tomaz Tadeu Silva e Stuart Hall.

Inicialmente trataremos da concepção de cultura popular a “luz” de teóricos modernistas e em seguida discutiremos tal tema estando relacionado ao Brasil, e mais especificamente a concepção de identidade nacional brasileira.

-
- 1- O autor é também graduado em História, Especialista em Teoria e Metodologia do Ensino de História(UEPB) e Doutorando em Idade Contemporânea, pela UMINHO- Braga, Portugal. Atua no ensino superior e na e na rede pública de Ensino Fundamental.
 - 2- A co-autora é graduada em História, Especialista em Teoria e Metodologia do Ensino de História, Mestre em Ciências da Sociedade (UEPB) e Doutoranda em Idade Contemporânea, pela UMINHO- Braga, Portugal. Atua no ensino superior e na rede pública de Ensino Fundamental.

Sabemos que o termo Cultura Popular é bastante complexo, no entanto procuraremos circunscrevê-lo de acordo com as limitações inerentes de toda essa complexidade. Iniciaremos por descrevê-la a partir da definição adotada no dicionário³ tendo a cultura popular relacionada a idéia de povo, homogeneizado de uma localidade, região ou território, estando essa classe separada da classe política abastada. Com efeito há nessa perspectiva a conceituação de popular por oposição. Cultura popular seria então um conjunto de práticas culturais levadas a cabo pelos extratos inferiores, pelas camadas mais baixas de uma determinada sociedade.

Se dermos um passeio teórico sobre o conceito de cultura popular desde a idade moderna encontraremos concepções diferenciadas, pois até o século XVIII a cultura representava a arte, a literatura e a música, após o século XIX graças aos estudos dos antropólogos, sociólogos, historiadores, além dos críticos literários esse conceito se ampliou, agregando valores do cotidiano, se relacionando portanto, a tudo que é apreendido por uma sociedade, como o vestir, o comer, o beber, os gostos, os cheiros, as expressões populares, em uma tendência culturalista Peter Burke afirma a cultura popular ser “Todos os fazeres humanos, são produtos de cultura”⁴. Nessa perspectiva encontramos Nestor Canclini, que diverge da concepção de Burke sobre cultura popular, por entender que a abrangência do raciocínio de Burke se opõe cultura da natureza, sem levar em consideração o relativismo cultural, pois segundo Canclini, quando Burke generaliza o conceito de cultura como todos os fazeres humanos, comete o erro de não levar em consideração às equivalências entre as culturas e as desigualdades sociais. Nesse sentido para Canclini⁵ a cultura está relacionada a produção dos fenômenos que contribuem mediante a representação e reelaboração simbólica das estruturas materiais, ou seja, a cultura diz respeito a todas as práticas de instituições dedicadas a administração, renovação e reestruturação dos sentidos.

3- Dicionário de Língua Portuguesa: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (2000)

4- Ver: BURKE, Peter. (1989)

5- Ver: CANCLINI, Néstor Garcia. (2003).

Após o século XVIII, ainda no advento da Idade Moderna e da Formação dos Estados Nacionais europeus⁶, o termo cultura se associava ao termo civilidade, civilização, desassociado dos aspectos da natureza, ao mesmo tempo em que se aproximava das instituições de coesão e de controle. O momento histórico era de legitimação política na figura dos Estados Nacionais, com exacerbação de valorização da racionalidade, bem como exaltação do eurocentrismo ocidentalizado. Nesse contexto, emerge uma tentativa de recuperação das produções culturais do povo atendendo a uma necessidade de formação de identidade social de grupo. Nesse período⁷ então vê-se a coersão social dada a correlação de forças estabelecidas entre os poderes medievais e modernos. Por outro lado surge também a tentativa de definição de cultura e de identidade não somente atrelada a uma Nação, mas sobretudo pertencendo a um povo, povo esse potencializado na luta contra o poder hegemônico, rico em luta social. É o que define Antonio Gramsci⁸: “ a cultura não é um apanágio de classes, pelo contrário todos os indivíduos são intelectuais⁹” . Nesse contexto, a cultura deve ser vista como elemento que contribui para o entendimento diverso e plural das realidades humanas. Realidades essas transformadas pelo próprio homem, com o objetivo de alcançar seus objetivos. Fazendo uso de sua inteligência e criatividade o homem é capaz de transformar sua realidade para além do que está posto, desenvolvendo astúcias silenciadas, antidisciplinada, desordenada, ordinária e criativa, (re)inventando táticas e estratégias para transformar sua realidade¹⁰. O homem tem então vê na cultura a possibilidade de materializar, transformar, (re)criar, (re)inventar sua vida.

No caso específico do Brasil essa discussão sobre cultura popular e Identidade Nacional como é sabido por todos¹¹ tardou a acontecer. O teórico, que iniciou essa discussão, tendo seu nome reconhecido como o “Heródoto do Brasil”¹², foi

6- Sabemos que tal fenômeno não aconteceu da mesma maneira em toda a Europa

7- A idéia de pertencimento ao território era tão forte no que concerne ao valor identitário de um povo que na Era medieval um homem primeiramente se definia como um ser cristão e depois pertencente a um determinado território na condição de cidadão, com a modernidade e a formação das Nações essa lógica se inverte.

8- GRUPPI, Luciano. (1978).

9- Desde que conhecedores de sua condição de classe, de seus deveres e sobretudo de seus direitos.

10- CERTEAU, Michel. (1994).

11- Nos referimos aos estudiosos sobre esse tema, sejam eles historiadores, antropólogos, sociólogos ou até mesmo críticos literários.

12- Ver REIS, Antonio Carlos. (2007).

o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, que com a obra *História Geral do Brasil* abordou a temática de Identidade nacional em 1850. Embora tão obra tenha sido demasiadamente significativa para o entendimento da História do Brasil, essa em Varnhagen, a serviço de Dom Pedro II, adepto a permanência do escravismo e da cidadania restrita¹³, ainda encontrava-se fortemente atrelada a todo o imaginário de submissão da ex-colônia a metrópole portuguesa, haja vista a valorização que o historiador dava em suas obras sobretudo ao colonizador civilizado, reduzindo a colônia brasileira a homogeneidade cultural uniformizada em suas características globais. Nesse sentido as obras de Varnhagen tinham atendiam muito mais a um estilo de crônica, ligadas ao romantismo peculiar dos viajantes¹⁴. Não se concebia portanto, na historiografia varnhageniana a possibilidade de temáticas ligadas as guerras, ou melhor aos conflitos vivenciados no Brasil dado o momento histórico de lutas já republicanas e anti-imperialistas. Nem tão pouco temáticas ligadas ao cotidiano dos brasileiros pobres, pois os principais personagens de sua História eram os sujeitos brancos e o Estado Imperial. Nessa direção a idéia de identidade presente nesse instante era demasiadamente conflitante, uma vez que não se sabia então qual o ideário de brasileiro que se pretendia ser, e a opção que a historiografia brasileira apontava a luz de Varnhagen era a de uma Nação recém “liberta” que para manter a idéia de “civilizado”, precisava manter as características peculiares de seus colonizadores, a branquidade era alienante, pois naquele instante ainda se via os portugueses como representantes da Europa, das “Luzes”, do “Progresso”, da “razão”, da “civilização” e do cristianismo eurocentrico. Nessa direção a elite brasileira, portuguesa representante da antiga coroa, não se identificava com os seus paris, indígenas, negros, republicanos, latino-americano, sul-americano, não – católico, adepto do sincretismo religioso e cultural. O discurso dos aristocratas brasileiros era o de que o Brasil teve sucesso, êxito durante a colonização portuguesa, portanto deveria além de render homenagem a esse povo também continuar com o seu projeto de colonização, mesmo que a luz do império inicialmente. 1850 portanto, tem um projeto ainda de colonização portuguesa, submetendo as teorias à lógica do descobridor e conquistador, e não de emancipação com possibilidade de constituição de um ideário brasileiro formado e independente.

13- ABREU, J. Capistrano. (1975)

14- Os viajantes, considerados como os primeiros a narrar a História do Brasil, antes mesmo da existência do IHGB-Instituto de História e Geografia do Brasil

Outros dois literários que levantaram a discussão sobre identidade brasileira formada no século XIX, foi Silvio Romero¹⁵ e Euclides da Cunha¹⁶, ambos levantaram a discussão a partir do binômio raça e clima, para ambos segundo Renato Ortiz¹⁷, tais temáticas se configuravam como paradigmas com o desdobramento da miscigenação para se entender a formação da civilização brasileira. Tal miscigenação se tratava no século XIX apenas no âmbito das duas raças: branca européia e indígena, o negro só passou a ser estudado após a abolição. Vale lembrar que os negros também tiveram esse mesmo tratamento nas obras de Varnhagen. Nesse contexto, nos cabe fazer uma crítica a essa análise simplista e romântica sobre esse binômio racial brasileiro, mesmo considerando as três raças, que não foi o caso desses literatos, por isso binômio. No que concerne entender a constituição do povo brasileiro a partir dos portugueses, indígenas e africanos é negar toda a participação dos demais povos miscigenados ou não que também se fizeram presentes na História do Brasil.¹⁸

Em 1930 com Gilberto Freyre e sua obra¹⁹ ocorre um deslocamento do conceito de raça para o de cultura, diferentemente de Varnhagen, Freyre pensa o Brasil não na concepção racial, mas sim cultural. Nessa direção o que era visto até então como negativo em relação ao negro se torna positivo e além de mestiço, nacional. Para Freyre a presença africana tende a enriquecer, fertilizar, abrilhantar a obra portuguesa.. Entretanto as obras de Freyre são consideradas neovarnhageniana²⁰, pois trata-se de um relogio a colonização portuguesa, tida como justificção da conquista e ocupação portuguesa do Brasil. Na apologia que Freyre faz a presença do escravo no Brasil, até como condição da época, em oposição a “moleza” do indígena frente ao trabalho agrícola, há no sentido subscrito um apoio desse sociólogo aos latifundiários e a própria escravidão, uma vez que em suas obras não valoriza o momento atual que o Brasil está vivendo em plenos anos 1930, momento da passagem da nação latifundiária e agrária para uma Nação propensa a modernização e industrialização, Freyre insiste em salvaguardar com deleite e bucolismo de um Brasil das elites patriarcais, “sem” tensões,

15- ROMERO, Sílvio (1977)

16- CUNHA, Euclides (2002)

17- ORTIZ, Renato. (1994)

18- Nos referimos aos holandeses, franceses, alemães, italianos, poloneses, espanhóis e até russos, japoneses e chineses.

19- FREYRE, Gilberto. [1933], (1987)

20- Op cit REIS Antonio Carlos. (2007).

obstáculos, dificuldades, contradições, problemáticas. Mas uma vez, portanto não temos ainda a idéia de identidade nacional, pois esta ainda encontra-se atrelada a colonização branca e alienante, da aristocracia agrária e das oligarquias dominantes.

Para Freyre²¹ a formação brasileira teria sido resultado de um processo de equilíbrio e de antagonismos. Uma das mais democráticas, flexíveis e plásticas. Ela conseguiu equilibrar harmoniosamente antagonismos dificilmente superáveis: cultura européia, africana e indígena, economia agrária e pastoril, fazendeiro e jesuíta, bandeirante e senhor de engenho. E equilibrou o antagonismo maior: senhor e escravo. Estes antagonismos foram amortecidos, confraternizados, harmonizados pela miscigenação, pela mobilidade social do ir e vir, pelo cristianismo lírico, pela tolerância moral, pela geografia sem obstáculos. No Brasil, enfim, reina a democracia racial. A identidade brasileira para Freyre, se trata de uma integração entre a mistura de raças e culturas sob a liderança portuguesa. Prefere a continuidade à mudança, ou a mudança dominada pela continuidade²².

Retomando um pouco os anos 1900, verificamos a presença na historiografia brasileira do historiador que em muito contribuiu para a História do Brasil, em especial da identidade do povo brasileiro, pois foi considerado o “Heródoto do Povo Brasileiro”, nos referimos a Capistrano de Abreu, teórico, historicista e não positivista, brasileiro que provocou mudança na concepção até então de povo brasileiro a luz da metrópole portuguesa. Haja vista Capistrano ter sido o responsável por críticas construtivas e bem fundamentadas a respeito das obras de Varnhagen e Freyre. Sua obra mais visitada²³ consiste em uma “Redescoberta do Brasil”, valorizando o seu povo, as suas lutas, os costumes, a miscigenação, o clima tropical e a natureza brasileira. Reconhecendo o povo brasileiro como sujeito de sua própria História, valorizando o povo brasileiro a partir de nós mesmos, e não como sujeitos portugueses, elitistas ou aristocratas e oligarcas rurais. Para ele o conceito de “cultura” substitui o de “raça”, valoriza a presença do indígena, e pensa um Brasil mais mameluco que mulato, mais sertanejo que litorâneo. A formação da identidade do povo brasileiro se dá sobretudo para Abreu, na relação estabelecida nos interiores entre os colonizadores, os indígenas e a natureza brasileira. O sertanejo é a figura central de unidade brasileira, vista como nacional levando em consideração as diferenças regionais, que desencadeiam nas

21- Op cit FREYRE, Gilberto [1933], (1987).

22- Ib dem REIS, Antonio Carlos (2007).

23- Capítulos da História colonial (1963)

características econômicas e sociais brasileiras, Capistrano tende a não valorizar tantos os acontecimentos políticos e sim os econômicos-sociais..

Capistrano faz um elogio a rebelião brasileira, redescobre o Brasil, a partir do próprio povo brasileiro miscigenado, sobretudo com a participação indígena, anti-eurocêntrica, anti-imperialista, anti-política, administrativa. Estimulou a descontinuidade e a mudança, percebeu o passado brasileiro como português e o futuro como brasileiro, estimulando uma revolução brasileira de pensamento e de construção de identidade, a partir de si próprio.

Dando prosseguimento a esse ideal de povo brasileiro emerge no presente texto a contribuição nos anos 1930 do historiador Sérgio Buarque de Holanda, que se distancia de Capistrano no instante em que explora um Brasil urbano, influenciado por todos os acontecimentos citadinos e modernistas da época, e exemplo da Semana de Arte Moderna, e da Revolução de 1930. Entretanto percebemos uma aproximação das suas teorias com Abreu, diante da valorização dada ao estudo do povo brasileiro a partir da ambiência do próprio povo, ampliando esse ideal de povo, Holanda também investiga os negros, os índios, as mulheres, os pobres, enfim todos aqueles até então marginalizados pelas oligarquias e pelos intelectuais da época.

Em sua obra²⁴ com aporte político, Holanda explora a modernização política e econômica-social e sobretudo mental do País. Pois considera que a miscigenação no Brasil não foi um problema, a problemática se dá no instante em que não rompemos com essa ideologia portuguesa, para Holanda, “ O Brasil é mais português do que gostaríamos que fosse. Somos sobretudo neoportugueses e devemos nos tornar pós-portugueses, isto é, brasileiros.” Propõe então uma ruptura definitiva, tomando por base uma revolução, inclusive quanto aos conceitos²⁵ . Propõe então uma Revolução Brasileira, a partir do momento histórico que o Brasil vivencia, diferentemente de Freyre, pois ambos escrevem no mesmo período, entretanto Holanda considera o momento histórico de mudanças e rupturas efervescentes que o Brasil vivencia, portanto ele olha para o passado com os olhos de presente e projeção de futuro. O Brasil apresenta revolução, lenta, mas apresenta, portanto cabe aos intelectuais aproveitar esse momento para pensarem um novo Brasil, que tem estatuto colonial e

24- Raízes do Brasil, [1936], (1984)

25- Refere-se a novos conceitos para europeus, portugueses, espanhóis, ibéricos, colonizadores, burgueses, aristocratas, oligarcas, mentalidade, dentre outros.

com modelo agroexportador vivencia mudanças na cidade e na indústria. O cenário dessa revolução são as cidades, atendendo a uma sociedade urbana com influências norte-americanas. O campo nesse contexto passa a ser o abastecedor das cidades, o mundo se torna americano-urbano-capitalista e as cidades cosmopolitas, racionais e produtivas. O tempo histórico brasileiro é outro, as continuidades e mudanças são inerentes do progresso, da revolução, do futuro, do novo, não cabe mais nesse contexto ficar preso ao passado colonial português e todos os seus legados. Os sujeitos da investigação de Holanda se ampliam para o mundo urbano, dos comerciantes, operários, funcionários públicos, empresários, profissionais liberais, classe trabalhadora atendendo as diferentes profissões presentes na urbe-brasileira, americana por excelência.

Percebemos contudo, que em 1937, com o advento do Estado Novo, há uma reconceituação do popular (ambigüidade), o povo passa a ser visto ora de forma positiva como ser autêntico, criativo, trabalhador, ora de maneira negativa como inconsciente, analfabeto, deseducado, “necessitando” portanto do Estado para ajuda-lo e instrui-lo, há então uma tentativa de alienação e de ideologia por parte sobretudo do Estado e dos intelectuais que encontram-se a seu serviço para legitimar tão papel ao governo, na tentativa de romper portanto com a possibilidade de emancipação e de liberdade, peculiares do sujeito brasileiro considerado por Sérgio Buarque de Holanda.

Dando continuidade a periodicidade inerente neste estudo, verificamos em 1950 algumas particularidades. Vejamos: Influenciados pela burguesia Nacional e alguns intelectuais da época e com o advento do processo de industrialização, atendendo ao lema de Nacional desenvolvimentismo, emerge a contribuição do historiador Nelson Werneck Sodré, marxista que investiga os anos 1950 a luz de um olhar comunista, já que uma das grandes contribuições que trouxe para a História do Brasil foi a teoria adotada pelo PCB²⁶ e o projeto de “Revolução Brasileira”. Entretanto tal projeto segundo os críticos não foi bem articulado entre as classes interessadas, nem tão pouco apropriada a realidade brasileira, de maneira que tardou em acontecer, dando origem a um novo momento histórico, de retomada a emancipação e autonomia nacional iniciada por Sodré e continuada, nos anos 1960 por Caio Prado Jr., brasileiro, pluridisciplinar: jurista, geógrafo, historiador, economista e filósofo, além de aristocrata e socialista.

Caio Prado em 1960 propõe um redescobrimento do Brasil, mas radical

26- Partido Comunista Brasileiro

que Capistrano e Sérgio Buarque juntos, pois adepto das teorias marxistas, trabalhando lado-a-lado com Sodré, Caio Prado em sua obra²⁷ de economia brasileira não aborda tão somente a mestiçagem do povo brasileiro, mas sobretudo as classes sociais oprimidas e excluídas, materialismo histórico e luta de classes no Brasil contemporâneo são alguns dos conceitos que aborda. O sentido de colonização para Prado se dá na relação estabelecida entre povoamento, vida material e vida social e os sujeitos evidenciados em seus estudos são: os latifundiários, restos feudais, camponeses ricos, médios e pobres, burguesia nacional. O presente não pode ser violentamente sacrificado em nome do futuro. Acredita ser a solidariedade socialista marxista a saída.

Após todo esse levantamento acerca do conceito de cultura popular, bem como a concepção de identidade nacional brasileira formulada a partir da contribuição de historiografia brasileira concluímos que ao longo dos séculos XIX e XX, a imagem da região nordeste foi oficialmente representada nas figuras do cangaço, do messianismo, das lutas oligárquicas, da pobreza, da miséria, do analfabetismo, das injustiças sociais, do atraso econômico, dentre outros esteriótipos. Acreditamos que a grande contribuidora para a reprodução dessas imagens foi, é, e tem sido a mídia sulista que legitimou essa idéia para o nordeste ao longo do século XX, e antes disso a literatura²⁸. Sabemos que interesses ideológicos e políticos se escondem por trás de toda essa obstinação de apresentar ao Brasil e ao mundo um nordeste fraco, problemático, improdutivo e sem potencialidades. Na verdade o que nos parece claro é que esses discursos regionalizados se configuram em estratégias que buscam legitimar o recorte espacial e inadimplência governamental que se tem com essa região “justificada” a partir do discurso do “atraso civilizatório”.

Consideramos, portanto, o nordeste com realidades diferenciadas, múltiplas histórias de vidas, e comportamentos humanos, práticas e costumes diversos que se contrapõe a unidade imagética e ilusória presente em discursos midiáticos que procuram descrever o nordeste, sem considerar suas diferenças e pluralidades, esteriopando ao mesmo tempo em que rotulando a idéia de homogeneidade do que vem a ser o nordestino, “carregado” de problemas e de muita miséria. O regionalismo fora visto

27- A revolução brasileira. (1966)

28- Discurso de Gilberto Freyre, José Lins do Rego, Ariano Suassuna, dentre outros literários.

desde os seus primórdios²⁹ como elemento de fundamental importância para se conceituar e entender o nacionalismo. Assim, a busca de raízes regionais verdadeiras³⁰, originais se configuram na invenção da tradição, estabelecendo uma conexão de sentidos entre territórios antigos e nova territorialidade social existente, não ameaçando dessa forma a desconstrução ou perda de privilégios que a memória individual e coletiva criam, tal qual criam a tradição legitimando a construção desse Nordeste “existente”. Logo, em nome de uma tradição cultural inventada e estabelecida se mantém discursos políticos, como é o caso das oligarquias latifundiárias, por exemplo, e sociais através do âmbito da cultura tradicional, rompendo dessa forma a possibilidade e até a criticidade do processo de continuidade histórica com raízes na linearidade e a manutenção dos estereótipos míticos ilustrados nos preconceitos populares que de certa forma já se encontram na fase de naturalização, pois o tradicionalismo naturaliza, haja vista trabalhar fundamentalmente com a memória sendo individual ou até mesmo coletiva. A identidade regional sob essa ótica não apresenta contradições nem pluralidades.

Neste cenário surge o interesse de nossa pesquisa, o de desconstruir ou pelo menos polemizar essa discussão e essa possibilidade de homogeneidade que a nosso ver encontra-se em processo de crise diante do contexto atual da pós-modernidade, influenciadas pela globalização que põe em embate o conceito de “nordeste tradicional” e de identidade regional, construída e constituída diante da ênfase dada a memória desvinculando a da história, vista por esse âmbito como (a)política e portanto recheada de contradições, estabelecendo uma cisão entre as temporalidades, como se fosse possível a partir do processo de rememoração, resgatar, trazer o passado para o presente e seguindo uma concepção futurista prever o futuro. O que na verdade percebemos é que o sentimento de angústia que acompanha o tradicionalismo tem caráter passageiro e mutável a partir da descoberta da historicidade. As identidades são múltiplas³¹, são plurais, mutáveis e ecléticas, resultado do momento histórico vigente.

Com o advento da globalização as identidades das Nações se confundem, dialogam, transitam em meio a uma e a outra. Vivemos no mundo contemporâneo um fenômeno de crise de identidade, resultado dessa tentativa de fusão e do não esclarecimento dos limites dos envolvidos.

29- Ver JÚNIOR ALBUQUERQUE, Durval Muniz. (1999)

30- Ver OLIVEIRA, Lúcia Lippe. L. L. (1987)

31- Ver HALL, Stuart (1999)

Referências Bibliográficas:

ABREU, J. Capistrano de. Sobre o Visconde de Porto Seguro. In: *Ensaaios e estudos: crítica e história*. 2 ed. Rio de Janeiro/Brasília, Civilização Brasileira/INL, 1975^a.

_____ *Capítulos da História colonial (1500-1800) & os caminhos antigos do povoamento do Brasil*. [1907]. 5 ed. Brasília, UnB, 1963.

BURKE, Peter. *Cultura popular na idade moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2003.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. V.1- Artes de fazer. Petrópolis-RJ:Vozes, 1994.

CUNHA, Euclides da. *Sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio O Minidicionário da língua portuguesa, século XXI*. 4 ed. Revisada e ampliada- Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala* [1933] 25 ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1987.

GRUPPI, Luciano. *Conceito de hegemonia em GRAMSCI*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. [1936]. 17 ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1984.

Jr. ALBUQUERQUE, Durval Muniz. Enredos da Tradição: invenção histórica da região Nordeste no Brasil. In: *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FIN, ed.: massagana São Paulo: Cortez, 1999

Jr. PRADO, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1966

OLIVEIRA, Lúcia Lippe. L. L. “Repensando a tradição”. *Ciência Hoje*, v.7, n. 38, dez/1987

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

REIS, Antonio Carlos. Anos 1850: Varnhagen o elogio da colonização portuguesa. In: As Identidades do Brasil 1 de Varnhagen a FHC. 9 Edição ampliada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

ROMERO, Sílvio. *Estudo sobre a poesia popular do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.